

PLANO MUNICIPAL PARA A INTEGRAÇÃO DE MIGRANTES
DO CONCELHO DE GUIMARÃES
2018-2020

Câmara Municipal de Guimarães

Novembro, 2018

“Ninguém nasce odiando outra pessoa pela cor de sua pele, pela sua origem ou ainda pela sua religião. Para odiar, as pessoas precisam de aprender, e se podem aprender a odiar, elas podem ser ensinadas a amar.”

Nelson Mandela



FICHA TÉCNICA

Título: PLANO MUNICIPAL PARA A INTEGRAÇÃO DE MIGRANTES DO CONCELHO DE GUIMARÃES

Câmara Municipal de Guimarães

Largo Cónego José Maria Gomes, 4800-419 Guimarães

Documento elaborado por:

Alexandra Cunha, Divisão de Ação Social

Graça Carvalho, Divisão de Ação Social

Isabel M. F. Miranda, Divisão de Educação

Participação:

Ana Moreno, Divisão de Ação Social, Câmara Municipal de Guimarães

Cristina Dias, CASFIG

Diana Teixeira, Divisão de Ação Social, Câmara Municipal de Guimarães

Fernanda Cunha, Centro de Respostas Integradas

Isabel Baptista, Divisão de Ação Social, Câmara Municipal de Guimarães

Isabel Pinho, Divisão de Cultura e Desporto, Câmara Municipal de Guimarães

Gabriela Nunes, ADCL

Graça Raposo, ACES Alto Ave

José Nobre, Departamento de Cultura, Turismo e Juventude

Maria José Afonso, Sol do Ave

Maria Manuel Pinto, Centro Qualifica, Agrupamento de Escolas Francisco de Holanda

Manuela Freitas, Divisão de Ação Social, Câmara Municipal de Guimarães

Manuela Silva, Instituto da Segurança Social, Serviço Local de Guimarães

GNR de Guimarães

PSP de Guimarães

Participação Especial:

Paula Oliveira, Vereadora da Ação Social da Câmara Municipal de Guimarães

Arranjo Gráfico: Maria Alexandre Neves

NOTA DE ABERTURA

O Município de Guimarães assume, em todas as suas frentes de atuação, uma política de coesão social que se consubstancia em práticas efetivas de proximidade à sua população, em concordância com os valores da inclusão, da igualdade de oportunidades e da diversidade.

Guimarães encontra-se na primeira linha na adesão a programas nacionais para a promoção da inclusão social de crianças descendentes de imigrantes e de minorias étnicas (programa Escolhas, 2001), na criação de respostas para apoio à população migrante (GAE, 2009 e CLAI, 2010), na organização de um programa de acolhimento a refugiados em 2016 como resposta à realidade que então deflagrou no País e no Mundo e na cooperação institucional e de conhecimento mútuo, expresso nas geminações com cidades europeias (Espanha, França e Alemanha) e da América do Sul (Brasil e Uruguai).

O Plano Municipal para a Integração de Migrantes do Concelho de Guimarães representa, não só um claro compromisso que continuamos a querer assumir com a inclusão e valorização da diversidade entre culturas, etnias e religiões, mas também a nossa certeza de que as populações migrantes contribuem para uma sociedade mais aberta e culta e para um crescimento social e económico do nosso território.

Associamo-nos, pois, ao Alto Comissariado para as Migrações, I.P. (ACM), na prossecução da sua missão de promover a igualdade de oportunidades e a valorização da diversidade cultural, trabalhando de forma transversal e articulada para este desígnio comum de reforço da coesão social.

Este documento, que permitiu conhecer melhor a realidade da população imigrante de Guimarães, identificar lacunas e dificuldades e definir orientações e formas de atuação, foi construído com a relevante colaboração dos imigrantes e das instituições que atuam nas várias áreas da atividade social da comunidade vimaranense, cujo contributo muito agradeço.

Domingos Bragança
Presidente da Câmara Municipal de Guimarães

AGRADECIMENTOS

A Câmara Municipal de Guimarães agradece a todas as entidades, dirigentes, técnicos e vimeanenses a colaboração prestada e a cedência de informação necessária para a construção deste documento, com particular destaque para:

ACES Alto Ave, Guimarães / Vizela / Terras de Basto

ADCL, Associação para o Desenvolvimento das Comunidades Locais

Agrupamentos de Escolas do Concelho de Guimarães

Associações Culturais

Associações Desportivas

Banco Local de Voluntariado de Guimarães

CASFIG, Coordenação de Âmbito Social e Financeiro das Habitações do Município de Guimarães, EM

Escolas Secundárias do Concelho de Guimarães

Instituto da Segurança Social, Serviço Local de Guimarães

Instituições Particulares de Solidariedade Social

Juntas de Freguesia

Sol do Ave, Associação para o Desenvolvimento Integrado do Vale do Ave

Universidade do Minho

ÍNDICE

NOTA DE ABERTURA	iii
AGRADECIMENTOS	iv
ÍNDICE	v
ÍNDICE DE TABELAS	vi
ÍNDICE DE FIGURAS	vii
I. ENQUADRAMENTO	1
II. DIAGNÓSTICO LOCAL	3
1. Caracterização Demográfica	3
1.1. O Concelho	3
1.2. A População Imigrante	5
2. Serviços de Acolhimento e Integração: O trabalho desenvolvido	6
3. Estudo sobre a Integração dos Imigrantes em Guimarães	7
3.1. Metodologia	7
3.2. Caracterização da População Inquirida	8
3.3. Apresentação de Resultados	10
III PLANO MUNICIPAL PARA A INTEGRAÇÃO DE MIGRANTES	14
4. Dimensão Estratégica	15
5. Dimensão Operacional	16
5.1. Mercado de trabalho e empreendedorismo	16
5.2. Serviços de acolhimento e integração	17
5.3. Urbanismo e habitação	17
5.4. Educação e língua	18
5.5. Capacitação formação	18
5.6. Cultura	19
5.7. Saúde	19
5.8. Solidariedade e resposta social	19
5.9. Cidadania e participação cívica	20
5.10. Media e sensibilização da opinião pública	20
5.11. Racismo e discriminação	21
5.12. Relações internacionais	21
5.13. Religião	21
IV. MODELO DE MONITORIZAÇÃO E AVALIAÇÃO	22
V. ACOMPANHAMENTO E MODELO DE GOVERNAÇÃO	21
REFERÊNCIAS	24

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 - População residente por estado civil em 2011.....	4
Tabela 2 - Taxas de natalidade e de mortalidade em 2015.....	4
Tabela 3 - Taxa de fecundidade em 2015.....	5
Tabela 4 - Percentagem de População Estrangeira com estatuto legal de residente em 2016	5
Tabela 5 - População Estrangeira com estatuto legal de residente por nacionalidade 2016.....	5
Tabela 6 – População estrangeira residente por sexo	6
Tabela 7 - Numero de atendimentos por tipologia 2017	7
Tabela 8 - Nacionalidades com maior incidência em percentagem	7
Tabela 9 - Caracterização dos Inquiridos por Idade	8
Tabela 10 - Caracterização dos Inquiridos por Nacionalidade	8
Tabela 11 - Caracterização dos Inquiridos por Estatuto Legal de Residência em Portugal	9
Tabela 12 - Composição do agregado familiar dos Inquiridos	9
Tabela 13 - Motivo de imigração dos Inquiridos	9
Tabela 14 - Razões de contacto com o país de origem dos Inquiridos.....	9
Tabela 15 - Nível de escolaridade	10
Tabela 16 - Nível de conhecimento/domínio da língua portuguesa	10
Tabela 17 - Situação perante o trabalho dos Inquiridos	10
Tabela 18 - Níveis de Satisfação sobre Educação, Formação e Língua Portuguesa.....	11
Tabela 19 - Utilização de Serviços de Saúde e Benefícios Sociais	11
Tabela 20 - Níveis de Satisfação dos Serviços de Saúde e Proteção Social	11
Tabela 21 - Exercício de Cidadania.....	11
Tabela 22 - Níveis de Satisfação da Cidadania e Participação Cívica.....	12
Tabela 23 - Tipo de habitação em que reside	12
Tabela 24 - Níveis de Satisfação da Habitação	12
Tabela 25 - Níveis de Satisfação da Acolhimento e Integração.....	12
Tabela 26 - Religião e Culto.....	13
Tabela 27 - Discriminação percecionada.....	13

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 - Enquadramento geográfico do Concelho de Guimarães..... 3
Figura 2 - Pirâmide Etária do Concelho de Guimarães, 2014 4

I. ENQUADRAMENTO

Em Portugal 3,7% do total da população (394 496 pessoas) são de nacionalidade estrangeira. A região de Lisboa concentra mais de metade dos estrangeiros residentes em Portugal (51,6%), seguindo-se as regiões do Norte, Centro e Algarve todas com aproximadamente 13%. As regiões com menos estrangeiros residentes são os Açores e a Madeira. Na Região Norte de Portugal a população estrangeira representa 1,3% do total da sua população (Censos 2011).

Apesar de esta realidade não ser muito expressiva no seu território, Guimarães, deste 2007, definiu como uma das orientações prioritárias do desenvolvimento social, a criação de respostas inovadoras para várias populações-alvo, entre as quais os centros de apoio à população migrante, o que resultou na implementação, em 2009, do Gabinete de Apoio ao Emigrante (GAE) e, em 2010, do Centro Local de Apoio à Integração de Imigrantes (CLAII).

Estas unidades têm vindo a desenvolver um trabalho em parceria com as instituições da Rede Social de Guimarães que integram o Conselho Local de Ação Social (CLAS), o que tem permitido promover sinergias entre os recursos existentes e partilhar responsabilidades de modo a implementar medidas e potenciar oportunidades de apoio a migrantes que residem no concelho. Destacam-se a organização de um programa de Acolhimento a Refugiados em 2016 como resposta à realidade que então deflagrou no País e no Mundo, bem como a candidatura apresentada em 2017 ao Fundo para o Asilo, a Migração e a Integração (FAMI), do Alto Comissariado para as Migrações.

O Plano Municipal para a Integração de Migrantes do concelho de Guimarães (PMIMG) que agora se apresenta enquadra-se, a nível nacional, nas estratégias definidas pelo Plano Estratégico para as Migrações 2015-2020, assim como nas políticas sociais do município, refletidas nos planos intermunicipais e municipais para o desenvolvimento social.

O PMIMG baseia-se no pressuposto de que, do trabalho conjunto e devidamente articulado entre todos os atores resulta uma mudança social, promovendo um salto qualitativo e eficaz nas políticas de acolhimento de imigrantes em Guimarães. Destina-se à população imigrante, à comunidade vimaranense e suas instituições e aos técnicos, dirigentes e decisores políticos, e propõe-se contribuir para:

- Definir e implementar políticas de base local, enquanto fator de desenvolvimento e de fortalecimento das dinâmicas sociais;
- Promover relações de convivência intercultural, construtivas e transformadoras;
- Aumentar o nível de intervenção local na gestão da diversidade em contextos étnicos diferenciados;
- Potenciar o trabalho em parceria tendo em vista a conceção e implementação de estratégias de proximidade entre cidadãos imigrantes e a sociedade de acolhimento;
- Reforçar a perspetiva de integração dos migrantes na cultura organizacional das instituições e nas políticas locais.

O processo de construção do PMIMG teve como base uma metodologia participativa e de envolvimento ativo de todos os atores relevantes. Esta participação resultou de um conjunto de atividades desenvolvidas para o efeito e permitiu a definição dos eixos prioritários de intervenção e das medidas concretas a implementar. Esta metodologia pode ser resumida da seguinte forma:

1. Recolha e sistematização de dados estatísticos sobre a população migrante em Guimarães;
2. Recolha e sistematização de dados qualitativos e quantitativos de alguns parceiros públicos e privados na cidade, sobre o trabalho desenvolvido com a população estrangeira;
3. Realização de reuniões com os parceiros que integram o Grupo Temático 'Família e Comunidade' da Rede Social de Guimarães.

Os eixos e as medidas do PMIMG foram definidos a partir da elaboração prévia de um diagnóstico local, e a sua implementação seguirá as medidas definidas para a sua concretização, incorporando metas,

indicadores, responsáveis e a respetiva calendarização para que a sua execução possa ser monitorizada e avaliada em futuras reuniões com a Plataforma de Acompanhamento.

O financiamento do PMIMG conta com os recursos complementares do Fundo para o Asilo, a Migração e a Integração (FAMI). A dinamização do Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes (CLAIM) é assegurado pela Câmara Municipal de Guimarães em parceria com o ACM.

O PMIMG será apresentado em reunião de Conselho Local de Ação Social para aprovação final durante o mês de setembro de 2018 e, de seguida, será submetido à aprovação da Câmara e da Assembleia Municipal.

Estrutura do documento

O presente documento encontra-se estruturado em cinco capítulos, estando cada um deles subdividido em temáticas mais específicas.

No primeiro Capítulo encontramos um enquadramento e os processos que originaram o presente Plano.

No Capítulo II apresenta-se uma caracterização do concelho, que engloba alguns dados demográficos sobre a representação da população migrante no concelho de Guimarães, destacando os aspetos associados à cidadania e à vida em sociedade, e ainda uma exposição do trabalho desenvolvido pela Unidade de Apoio à População Migrante que, desde 2007, tem vindo a oferecer serviços e atividades de apoio a Emigrantes (GAE) e Imigrantes (CLAII) no concelho de Guimarães. Seguidamente apresentam-se os resultados do estudo sobre o Perfil e das Necessidades dos Imigrantes em Guimarães.

No Capítulo III expõe-se a estratégia nacional preconizada pelo Plano Estratégico para as Migrações (âmbito nacional) e as orientações para o concelho de Guimarães expressas na dimensão estratégica e na dimensão operacional do Plano Municipal para a Integração da População Migrante. Apresenta-se ainda o Plano de Ação, referindo as atividades a desenvolver no concelho de acordo com áreas de intervenção definidas pelo Plano Estratégico para as Migrações: (1) Acolhimento, Integração e Solidariedade Social, (2) Religião Comunicação Social e Sensibilização da Opinião Pública.

No Capítulo IV propõe-se um modelo para a monitorização e avaliação dos projetos de intervenção, para se apurar a adequação constante dos meios aos resultados.

Finalmente, o Capítulo V apresenta o acompanhamento e modelo de governação assente no princípio da integração das entidades.

II. DIAGNÓSTICO LOCAL

O concelho de Guimarães situa-se no Distrito de Braga, na sub-região de Ave (NUT III), e está limitado a norte e noroeste pelos concelhos de Póvoa de Lanhoso e Braga, respetivamente, a sudoeste por Santo Tirso, a sul e sudoeste por Felgueiras e Vizela, a nascente pelo concelho de Fafe e a poente por Vila Nova de Famalicão (Figura 1).

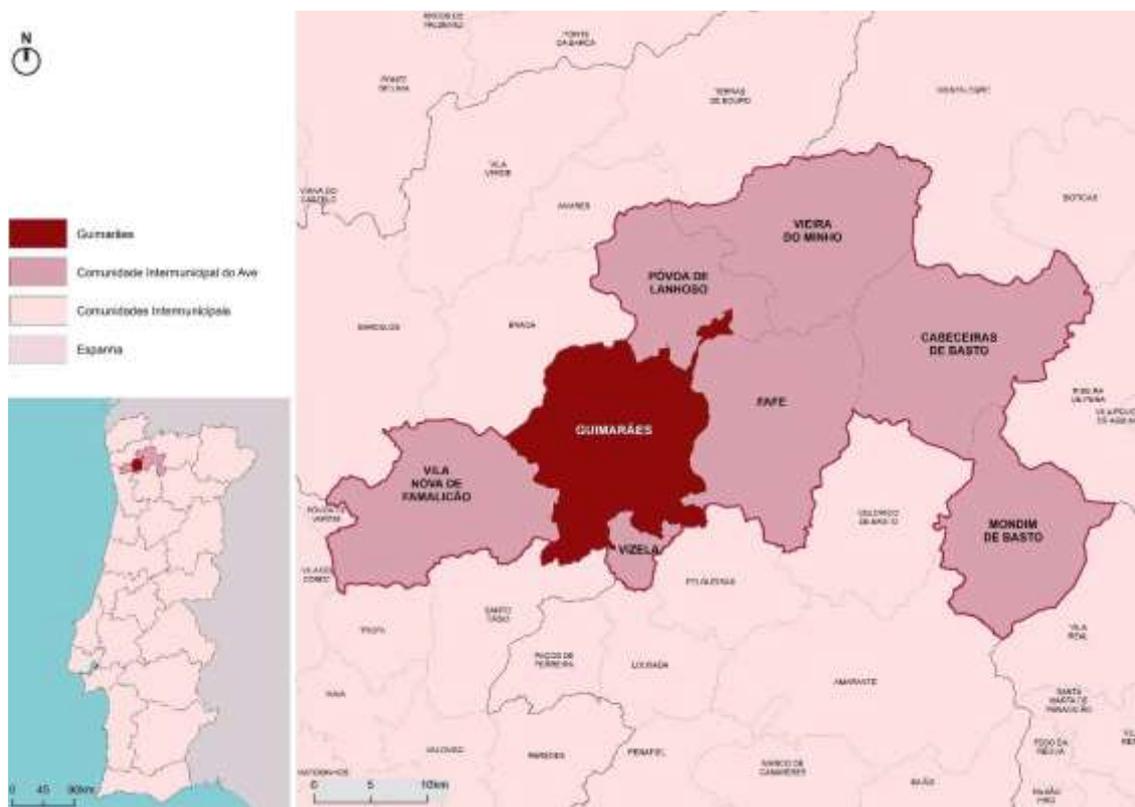


Figura 1 - Enquadramento geográfico do Concelho de Guimarães

Com cerca de 240,95km², o concelho subdivide-se em 69 freguesias, (agrupadas em 48 novas freguesias com a reorganização administrativa de 2013 - Lei n.º 11-A/2013, de 28 de janeiro, mantendo as anteriores freguesias a sua identidade histórica, cultural e social, conforme estabelece a o artigo nº4 da Lei n.º 22/2012, de 30 de maio). Nove das freguesias (Brito, Caldas das Taipas, Lordelo, Moreira de Cónegos, Ponte, Ronfe, S. Torcato, Serzedelo e Selho S. Jorge) têm o estatuto de vila e 20 estão total ou parcialmente inseridas na cidade.

1. Caracterização Demográfica

Com uma população de 158 124 pessoas e uma área de 241 km², o concelho de Guimarães apresenta uma densidade populacional elevada, de cerca de 656 hab/km², apesar de ter diminuído a sua população 0,9% em relação a 2001. A maioria da população reside na cidade (aproximadamente 53 000 habitantes) e na periferia da cidade.

1.1. O Concelho

A pirâmide etária do concelho de Guimarães passou de uma tendência expansiva em 1991 para uma tendência estacionária em 2001, ano no qual, apesar da população dominante ser adulta, se nota uma natalidade relativamente baixa e um fraco crescimento. Esta tendência torna-se notória em 2014, com o claro envelhecimento da população e a diminuição da natalidade. De salientar uma presença forte da

população feminina a partir dos 40 anos, com tendência para crescer até às idades mais avançadas, como resultado a sua maior longevidade em relação ao sexo masculino, como se pode verificar na Figura 2.

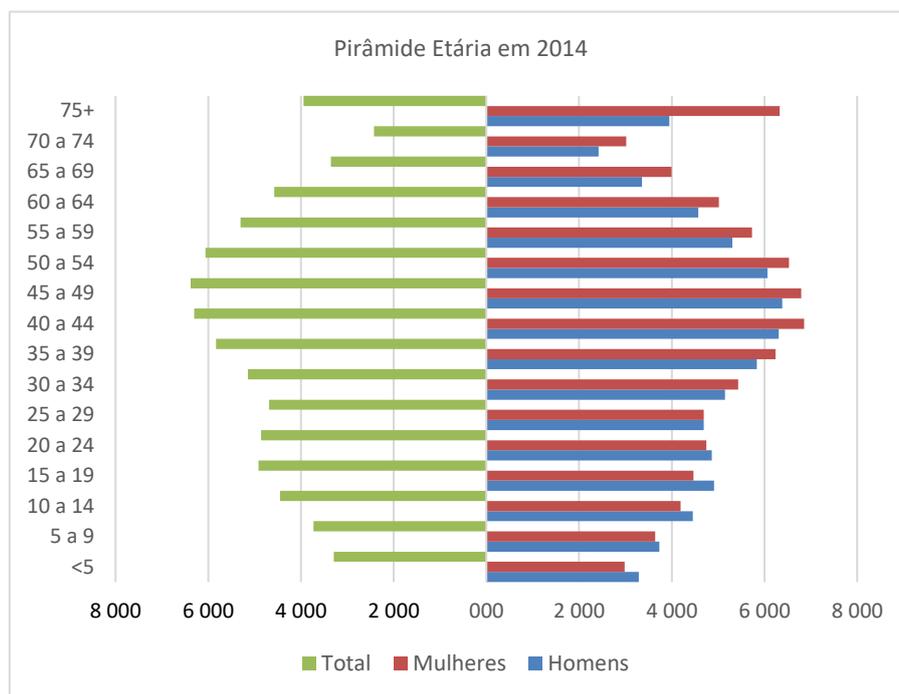


Figura 2 - Pirâmide Etária do Concelho de Guimarães, 2014

A organização familiar estrutura-se em torno do número dos elementos que compõem o seu agregado e das taxas de natalidade, de juventude e de envelhecimento e o conseqüente índice de dependência que tem impacto no quotidiano das pessoas. Apresentam-se, em baixo, alguns dados sobre Guimarães por comparação com dados nacionais no que respeita ao estado civil (Tabela 1), à dimensão das famílias, à taxa de natalidade, e ao índice de envelhecimento.

Tabela 1 - População residente por estado civil em 2011

	Total	%	Solteiro	%	Casado	%	Viúvo	%	Divorciado	%
HM	158 124	1,00	63 458	0,40	80 701	0,51	8 502	0,05	5 463	0,03
H	76 767	0,49	32 721	0,43	40 107	0,52	1 748	0,02	2 191	0,03
M	81 357	0,51	30 737	0,38	40 594	0,50	6 754	0,08	3 272	0,04

INE, 2011 - Recenseamento da População e Habitação - das 69 freguesias de Guimarães (atualizado 20/11/2012)

No concelho de Guimarães, quer a taxa de natalidade, quer a taxa de mortalidade, são inferiores à média nacional, o que evidencia o envelhecimento da sua população (Tabela 2).

Tabela 2 - Taxas de natalidade e de mortalidade em 2015

	Natalidade (%)	Mortalidade (%)
Portugal	8,3	10,5
Norte	7,5	9,3
Guimarães	7,6	7,3

Fonte: PORDATA

A taxa de fecundidade (n.º de filhos por 1000 mulheres em idade fértil) é inferior à nacional, mas relativamente ao número de nascimentos, Guimarães enquadra-se na tendência apresentada pelos dados nacionais (Tabela 3).

Tabela 3 - Taxa de fecundidade em 2015

Fecundidade Taxa (p/1000)	Nascimentos (nados-vivos)				
	Masculino	%	Feminino	%	Total
36,0	43.685	51,1	41.815	48,9	85.500
31,8	13.908	51,1	13.341	48,9	27.249
30,7	605	51,1	578	48,8	1.183

Fonte: PORDATA

1.2. A População Imigrante

Na análise de dados sobre a população imigrante, pode verificar-se que reside no Norte, aproximadamente 1,2% da população estrangeira do país, e que a sua representação em Guimarães é pouco expressiva, não havendo diferenças significativas entre o número de homens e de mulheres imigrantes (Tabela 4).

Tabela 4 - Percentagem de População Estrangeira com estatuto legal de residente em 2016

	TOTAL		HOMENS		MULHERES	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Portugal	392 969	3,8	190 846	3,9	202 123	3,7
Norte	44 447	1,2	20 462	1,2	23 985	1,3
Guimarães	1 407	0,9	662	0,9	745	0,9

Fonte: PORDATA

A distribuição da população imigrante no país apresenta-se na Tabela 5, havendo a referir apenas que, do total de imigrantes residentes em Guimarães, mais de 36% são do Brasil, 15,5% são de países africanos de expressão portuguesa e 18,5% de países asiáticos.

Tabela 5 - População Estrangeira com estatuto legal de residente por nacionalidade (2016)

	PORTUGAL		NORTE		GUIMARÃES	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Espanha	11 133	2,8	2 620	5,9	46	3,3
França	11 293	2,9	1 363	3,1	26	1,8
Reino Unido	19 384	4,9	780	1,8	10	0,7
Ucrânia	34 428	8,8	4 808	10,8	99	7,0
Roménia	30 429	7,7	1 501	3,4	50	3,6
Moldávia	6 113	1,6	275	0,6	1	0,1
Outros Países Europeus	53 634	13,6	5 338	12,0	112	8,0
Angola	16 876	4,3	1 751	3,9	73	5,2
Cabo-Verde	36 193	9,2	1 951	4,4	51	3,6
Guiné-Bissau	15 306	3,9	497	1,1	37	2,6
Moçambique	2 823	0,7	419	0,9	5	0,4
S. Tomé e Príncipe	8 840	2,2	438	1,0	3	0,2
Outros Países Africanos	8 119	2,1	1 076	2,4	49	3,5
Brasil	79 569	20,2	13 568	30,5	508	36,1
Outros Países Americanos	9 893	2,5	1 984	4,5	73	5,2
China	21 953	5,6	3 946	8,9	109	7,7
Índia	7 142	1,8	346	0,8	14	1,0
Nepal	5 829	1,5	133	0,3	9	0,6
Outros Países Asiáticos	13 639	3,5	1 603	3,6	130	9,2
Total	392 969	100	44447	11,3	1407	3,2

Fonte: PORDATA

Em 2017, e com base em estimativas, residiam em Guimarães 1 485 cidadãos estrangeiros, distribuídos por 65 nacionalidades diferentes (Tabela 6).

Tabela 6 – População estrangeira residente por sexo

	Total migrantes residentes	%
Total	1 485	1,00
H	721	0,49
M	764	0,51

2. Serviços de Acolhimento e Integração: O trabalho desenvolvido

Guimarães definiu, deste 2007, como uma das orientações prioritárias do desenvolvimento social, a criação de centros de apoio à população migrante, o que resultou na criação, em 2009, do Gabinete de Apoio ao Emigrante (GAE) e, em 2010, no Centro Local de Apoio à Integração de Imigrantes (CLAII). Estas duas unidades constituem o Serviço de Apoio à População Migrante que, desde 2010, se encontra disponível ao público 4 dias por semana.

O Gabinete de Apoio ao Emigrante (GAE) - funciona desde abril de 2009 (protocolo celebrado com a Direção Geral dos Assuntos Consulares e Comunidades Portuguesas). Trata-se de uma estrutura para cidadãos que residem ou já residiram fora do país na qual são prestadas informações sobre os seus direitos, e ajuda na resolução de problemas, nomeadamente no regresso e reinserção na comunidade vimaranense. Os assuntos tratados com mais frequência referem-se a processo associados a pensões de reforma.

O Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes – (CLAIM), anteriormente designado ‘Centro Local de Apoio à Integração de Imigrantes’ (CLAII), funciona desde 10 de maio 2010, através de um protocolo celebrado com o Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural – ACIDI, atual Alto Comissariado para as Migrações - ACM. É um gabinete de acolhimento, informação e apoio descentralizado, com ligação aos Centros Nacionais de Apoio à Integração de Migrantes – CNAIM, que visa ajudar a responder às necessidades do acolhimento e da integração quotidiana dos cidadãos imigrantes em assuntos como legalização, nacionalidade, reagrupamento familiar, habitação, emprego, segurança social, retorno voluntário, saúde, educação, formação profissional, empreendedorismo, apoio ao associativismo, entre outras.

Este Serviço de Apoio à população Migrante tem vindo a desenvolver um trabalho em parceria com as instituições da Rede Social de Guimarães que integram o Conselho Local de Ação Social (CLAS), permitindo otimizar os recursos existentes para implementar as medidas de apoio à população migrante que reside no concelho. Foram dinamizadas inúmeras atividades de promoção da interculturalidade, com destaque para as Comemorações do Dia Internacional contra a Discriminação Racial e Xenofobia. Graças a este modo colaborativo de trabalhar, foi possível também construir-se, em 2016, um programa de Acolhimento a Refugiados – Guimarães Acolhe - como resposta à realidade que então deflagrou na Europa, bem como apresentar-se a candidatura em 2017 ao Fundo para o Asilo, a Migração e a Integração (FAMI), do Alto Comissariado para as Migrações.

Os assuntos tratados neste serviço estão, na sua maioria, relacionados com o apoio à regularização e renovação de documentos, ao reagrupamento familiar e à aquisição de nacionalidade portuguesa. São também prestados frequentemente serviços de encaminhamento e apoio para respostas sociais, para integração no mercado de trabalho e usufruto de direitos sociais.

Em 2017 foram atendidas 228 pessoas no CLAIM, na sua maioria para apoio no processo de regularização da situação em Portugal, representando cerca de 34% do total de atendimentos.

Tabela 7 - Número de atendimentos por tipologia 2017

Tipologia de casos	N.º
Legalização	77
Contactos Institucionais	43
Reagrupamento Familiar	19
Trabalho	15
Nacionalidade	14
Educação	9
Segurança Social	8
Saúde	7
Apoio Social	6
Habituação	4
Retorno Voluntário	2
Outros assuntos	24
Total	228

Do total de pessoas atendidas, a maioria são de nacionalidade brasileira (55%), seguida de naturais da Eritreia (Tabela 8).

Tabela 8 - Nacionalidades com maior incidência

Nacionalidades mais frequentes	%
Brasil	55%
Eritreia	13%
Bangladesh	5%
Nepal	4%
Guiné-Bissau	3%
Angola	2%

3. Estudo sobre a Integração dos Imigrantes em Guimarães

A realização deste estudo teve por objetivo identificar:

- As entidades públicas e privadas, as respetivas áreas de atuação, serviços prestados, e recursos disponíveis (materiais e humanos);
- As necessidades das comunidades imigrantes de Guimarães, auscultando-as, assim como à própria sociedade de acolhimento;
- As respostas integradas de acolhimento e integração e a valorização da diversidade.

3.1. Metodologia

O processo de diagnóstico para a conceção do PMIM do concelho de Guimarães, decorreu durante os meses de maio e junho.

Para a elaboração deste estudo utilizou-se uma metodologia mista com recolha quantitativa e qualitativa de dados para garantir uma maior compreensão do problema, que incluiu as seguintes etapas:

1. Recolha de informação e análise documental de documentos e orientações nacionais e regionais e de diplomas legais;
2. Aplicação de questionários a instituições públicas e privadas de Guimarães com perguntas categorizadas e perguntas abertas, para facilitar a análise estatística, mas também disponibilizar informação mais completa e aprofundada;
3. Entrevistas com a Direção de todos os Agrupamentos de Escolas e Escolas Secundárias do concelho;

4. Aplicação de um questionário aos imigrantes (atendidos no CLAIM e na Universidade do Minho – Azurém), com perguntas fechadas sobre a perceção das suas necessidades de integração, de modo aleatório, em diversos locais do concelho;
5. Identificação de áreas de intervenção, junto do Grupo Temático ‘Família e Comunidade’, no qual integram instituições do conselho de Ação Social (CLAS), para a construção do plano de ação.

Foi também enviado um questionário personalizado, por correio eletrónico às Instituições Particulares de Solidariedade Social, Juntas de Freguesia e Associações Desportivas e Culturais.

3.2. Caracterização da População Inquirida

Foram inquiridos 106 imigrantes, dos quais 53 mulheres e 53 homens residentes neste concelho. Os 106 imigrantes inquiridos são provenientes de 30 países, tendo maior representatividade a nacionalidade brasileira (24%) e a dos países de língua oficial portuguesa (17%).

A sua idade média, apresentada na Tabela 9, situa-se em duas faixas etárias: 25-31 (29%) e 32-38 (29%), parecendo estar relacionada com o motivo que os trouxe a Portugal, já que 81% indicou como principal motivo de imigração os Estudos/Investigação. Esta realidade é comprovada com os dados apresentados na situação perante o trabalho, onde se comprova que 69,2% dos inquiridos são estudantes.

Tabela 9 - Caracterização dos Inquiridos por Idade

Intervalos de Idade	N.º	%
18 – 24	15	14,15
25 – 31	31	29,25
32 – 38	31	29,25
39 – 45	13	12,26
46 – 52	7	6,60
53 – 59	6	5,66
60 – 65	3	2,83
Total	106	100

Dos 30 países de origem dos imigrantes inquiridos, a nacionalidade brasileira é a mais expressiva (24%), seguida dos países de língua portuguesa (17%).

Tabela 10 - Caracterização dos Inquiridos por Nacionalidade

País de origem	N.º	%
Brasil	25	23,58
Angola	9	8,49
Irão	8	7,55
Ucrânia	8	7,55
Cabo Verde	6	5,66
China	6	5,66
Vietname	5	4,72
África do Sul	3	2,83
Bangladesh	3	2,83
Bielorrússia	3	2,83
Equador	3	2,83
Guiné-Bissau	3	2,83
Argentina	2	1,89
Colômbia	2	1,89
Palestina	2	1,89
Uzbequistão	2	1,89
Outros Países (*)	16	15,09
Total	106	100

(*) Cazaquistão, Cuba, Eritreia, Gana, Jordânia, Lituânia, Moçambique, México, Nepal, Perú, Sudão, Síria, Timor-Leste, Turquia, Uruguai, Zimbabué.

Constata-se, adicionalmente, que 42% dos imigrantes inquiridos possuem uma Autorização de Residência Temporária.

Tabela 11 - Caracterização dos Inquiridos por Estatuto Legal de Residência em Portugal

Estatuto legal de residência	N.º
Autorização de residência temporária	45
Autorização de residência permanente	25
Visto	11
Visto caducado	6
Sem Visto	3
Outra	16
Total	106

No que se refere à composição do agregado familiar, verifica-se que 25% vive sozinho, 23% com o cônjuge/companheiro e 17% com o cônjuge e filhos. Salienta-se 47% a viver sozinhos ou com amigos.

Tabela 12 - Composição do agregado familiar dos Inquiridos

Agregado familiar	N.º	%
Vive sozinho	26	24,53
Cônjuge/Companheiro	24	22,64
Cônjuge e filho/s	18	16,98
Vive com o/s Filho/s	5	4,72
Outros familiares	9	8,49
Amigos	24	22,64
Total	106	

A maioria da população imigrante inquirida é estudante ou exerce atividades de investigação (47%). Dos inquiridos, 26% apresentaram o trabalho como justificação para a imigração.

Tabela 13 - Motivo de imigração dos Inquiridos

Motivo de imigração	N.º	%
Trabalho	28	26,42
Reagrupamento familiar	18	16,98
Estudo/Investigação	50	47,17
Outro	10	9,43
Total	106	100

As formas de contacto com o seu país de origem incidem em contactos telefónicos ou por via digital.

Tabela 14 - Razões de contacto com o país de origem dos Inquiridos

Tipo de contacto	N.º	%
Envio de remessas (ex: dinheiro)	12	11,32
Férias	20	18,87
Contactos (telefone, Skype, e-mail)	67	63,21
Outro	7	6,60
Total	106	100

O nível de escolaridade é, na sua maioria o ensino superior (59,4%), e o ensino secundário (21%).

Tabela 15 - Nível de escolaridade

Nível	N.º	%
Não sabe ler nem escrever	1	0,94
1º Ciclo do Ensino Básico	3	2,83
2º Ciclo do Ensino Básico	4	3,77
3º Ciclo do Ensino Básico	6	5,66
Ensino Secundário	22	20,75
Ensino Profissional	7	6,60
Ensino Superior	63	59,43
Total	106	100

O nível de conhecimento da Língua Portuguesa é elevado, realidade que está associada ao facto de a maioria dos imigrantes serem oriundos de países de língua oficial portuguesa. Contudo, nas entrevistas junto das Escolas foi referido com frequência existirem dificuldades com a Língua Portuguesa nos imigrantes de língua estrangeira, sugerindo a necessidade de haver mais apoios para a sua aprendizagem.

Apesar de se notar, da parte das Escolas, um trabalho de proximidade com os imigrantes, constatou-se a necessidade de um trabalho mais colaborativo com o serviço de apoio à população migrante disponibilizado pelo município.

Tabela 16 - Nível de conhecimento/domínio da língua portuguesa

Nível	N.º	%
Nulo	4	3,77
Fraco	19	17,92
Suficiente	26	24,53
Bom	32	30,19
Muito	25	23,58
Total	106	100

Quanto à sua integração no mercado de trabalho, verifica-se que, na sua maioria, os inquiridos se encontram a trabalhar por conta de outrem ou a estudar.

Tabela 17 - Situação perante o trabalho dos Inquiridos

Situação perante o trabalho		N.º	%	
Empregado	por conta própria	7	46	43,40
	por conta de outrem	39		
Desempregado		15	14,15	
Estudante		39	36,79	
Reformado		1	0,94	
Inativo		5	4,72	
Total		106	100	

3.3. Apresentação de Resultados

Apresentam-se de seguida os resultados sobre a utilização e o nível de satisfação dos imigrantes inquiridos relativamente aos serviços prestados nas áreas de Educação, Formação e Língua Portuguesa, Saúde e Proteção Social, Cidadania e Participação Cívica, Habitação, Acolhimento e Integração e Religião, bem como o nível de discriminação percebida nos Serviços Públicos.

Educação, Formação e Língua Portuguesa

Do total das respostas obtidas pode verificar-se que a grande maioria dos inquiridos apresenta um grau de satisfação muito elevado (entre 63% e 87%) quanto ao ajustamento entre as suas habilitações e a sua atividade, devendo salientar-se, contudo, alguma insatisfação na remuneração salarial.

Tabela 18 - Níveis de Satisfação sobre Educação, Formação e Língua Portuguesa

EDUCAÇÃO, FORMAÇÃO E LÍNGUA PORTUGUESA	Nada Satisfeito	Satisfeito	Muito Satisfeito	N/sabe /N responde	Nível Satisfação Positiva
Processo de reconhecimento/equivalência de habilitações	8	39	14	45	87%
Ajustamento entre qualificações e atividade profissional	17	75	19	29	85%
Ajustamento entre qualificações e remuneração salarial	25	38	5	38	63%
Acesso ao sistema de ensino e formação de português	8	22	24	52	85%
Acesso a formação em língua portuguesa	9	28	15	54	83%
Acesso a formação profissional	9	26	13	58	81%
Apoios específicos na área da educação e formação (bolsas)	12	25	5	64	71%

Saúde e Proteção Social

No que se refere ao acesso a serviços de saúde e à proteção social verifica-se que 76% dos inquiridos referem utilizar os serviços de saúde, e 31% beneficia de apoios sociais. O nível de satisfação relativamente a estes serviços é igualmente elevado (entre 63% e 85%), devendo salientar-se contudo alguma insatisfação no acesso à informação e no conhecimento das formas de acesso a estes serviços (Tabela 19 e Tabela 20).

Tabela 19 - Utilização de Serviços de Saúde e Benefícios Sociais

Utilização de Serviços de Saúde e Benefícios Sociais	Sim	%	Não	%
Cuidados de Saúde (Hospital, Centro de Saúde)	81	76,42	25	23,58
Benefícios Sociais (Subsídios, respostas sociais)	33	31,13	73	68,87

Tabela 20 - Níveis de Satisfação dos Serviços de Saúde e Proteção Social

SAÚDE E PROTEÇÃO SOCIAL	Nada Satisfeito	Satisfeito	Muito Satisfeito	N/sabe /N responde	Nível Satisfação Positiva
Acesso a cuidados primários de saúde	13	60	11	19	85%
Acesso a cuidados hospitalares	18	31	13	22	71%
Acesso a cuidados continuados	13	13	9	71	63%
Acesso a benefícios sociais pecuniários	7	15	8	76	77%
Acesso a respostas sociais	11	21	8	66	73%
Acesso a informação	24	55	9	18	73%
Qualidade do atendimento	16	65	12	13	83%
Facilidade de conhecimento das regras de acesso aos serviços	24	52	4	26	70%

Cidadania e Participação Cívica

A participação dos imigrantes em atividades cívicas verifica-se sobretudo no exercício de voluntariado (14%) e no meio associativo (11%). O nível de satisfação nestas áreas varia entre 48% e 60%, sendo positiva a forma como apreciam a facilidade de adesão ou de criação de associações e negativa a forma como são informados sobre o sistema eleitoral (Tabela 21 e Tabela 22).

Tabela 21 - Exercício de Cidadania

EXERCER CIDADANIA E PARTICIPAÇÃO CÍVICA	Sim	%	Não	%
Integrar uma Associação (Imigrantes, Cultural, Recreio, Desportiva, etc.)	12	11,32	94	88,68
Estar Recenseado	7	6,60	99	93,40
Exercer Voluntariado	15	14,15	91	85,85
Exercer Cargos de Direção	5	4,72	101	95,28

Tabela 22 - Níveis de Satisfação da Cidadania e Participação Cívica

CIDADANIA E PARTICIPAÇÃO CÍVICA	Nada Satisfeito	Satisfeito	Muito Satisfeito	N/sabe /N responde	Nível Satisfação Positiva
Informação sobre o sistema eleitoral português	14	10	3	79	48%
Forma como os partidos políticos tratam as questões de imigração	16	14	1	75	48%
Facilidade de adesão a um partido político	9	7	2	88	50%
Forma como os partidos políticos tratam as questões da imigração	13	11	0	82	46%
Facilidade de adesão a uma associação	7	8	2	89	59%
Facilidade de criação de uma associação	6	9	0	91	60%
Forma como as associações locais integram os imigrantes	10	9	5	82	58%

Habitação

Os imigrantes que vivem em Guimarães residem na sua maioria (74%) em casas arrendadas, sendo o seu nível de satisfação muito elevado (de 58% a 98%). Destaca-se sobretudo uma particular satisfação pela qualidade do espaço envolvente (95%) e pelas relações de vizinhança (93%).

Tabela 23 - Tipo de habitação em que reside

	N.º	%
Casa própria	4	3,77
Casa arrendada	78	73,58
Habitação social	0	0,00
Outra	24	22,64
Total	106	100

Tabela 24 - Níveis de Satisfação da Habitação

HABITAÇÃO	Nada Satisfeito	Satisfeito	Muito Satisfeito	N/sabe /N responde	Nível Satisfação Positiva
Aquisição de habitação própria	14	15	4	73	58%
Arrendamento de habitação	24	50	9	23	71%
Acesso a habitação social/habitação custos controlados	13	21	4	68	66%
Qualidade e conforto habitacional	13	79	3	11	86%
Relações de vizinhança	7	73	17	9	93%
Qualidade e manutenção dos espaços comuns (dentro dos prédios)	11	69	11	15	88%
Qualidade dos espaços envolventes	5	78	13	10	95%

Acolhimento e Integração

Tabela 25 - Níveis de Satisfação da Acolhimento e Integração

ACOLHIMENTO E INTEGRAÇÃO	Nada Satisfeito	Satisfeito	Muito Satisfeito	N/sabe /N responde	Nível Satisfação Positiva
Serviço de Estrangeiros e Fronteiras	23	50	18	9	75%
Segurança Social	21	43	13	29	73%
Centro de Emprego	16	29	3	58	67%
Centro de Saúde	21	50	18	17	76%
Hospital	21	42	13	30	72%
Câmara Municipal	8	20	15	63	81%
Serviço de Finanças	6	70	4	26	93%
Conservatória do Registo Civil	5	23	1	77	83%
Tribunais	5	9	0	92	64%
Instituição de Solidariedade Social	1	14	3	88	94%
Junta de Freguesia	3	22	13	68	92%

Nas entrevistas junto das Escolas foi referido com frequência existirem dificuldades no processo de legalização dos familiares dos alunos imigrantes, salientando que a falta de legalização conduz ao trabalho precário e que o processo de reconhecimento de habilitações é muito burocrático e complexo.

Religião

A pertença a uma religião é referida por 84% dos imigrantes, dos quais a maioria (61%) são cristãos e 15% islâmicos. A existência de lugares de culto para a prática religiosa está apenas parcialmente assegurada, com 38% dos inquiridos a referirem não existirem lugares para a sua prática religiosa.

Tabela 26 - Religião e Culto

RELIGIÃO	N.º	%	Lugares de Culto	N.º	%
Budismo	3	2,83	Sim	49	46,23
Cristianismo	65	61,32	Não	40	37,74
Hinduísmo	1	0,94	Não se aplica	17	16,04
Islão	16	15,09	Total	106	100
Judaísmo	0	0,0			
Tradições Chinesas	4	3,77			
Outras Religiões	0	0,0			
Sem religião	17	16,04			
Total	106	100			

Discriminação Percecionada nos Serviços Públicos

A maioria dos 106 imigrantes que colaboraram neste estudo de satisfação não referiram ter percecionado atitudes de discriminação aquando da utilização dos vários serviços públicos mencionados. Contudo, deve ter-se em consideração que existe um número muito elevado de respostas em branco em alguns itens.

Tabela 27 - Discriminação percecionada

Tipologia	Sim	%	Não	%	N/sabe /N responde	%
Discriminação laboral	21	19,81	69	65,09	16	15,09
No sistema de educação e formação	13	12,26	56	52,83	37	34,91
Nos sistemas de saúde e proteção social	13	12,26	69	65,09	24	22,64
Cidadania e participação cívica	11	10,38	47	44,34	48	45,28
Em matéria de habitação	14	13,21	66	62,26	26	24,53
Serviços de acolhimento e integração	16	15,09	68	64,15	22	20,75
Acolhimento e integração	30	28,30	61	57,55	15	14,15
Em matéria de práticas religiosas	9	8,49	83	78,30	14	13,21

III PLANO MUNICIPAL PARA A INTEGRAÇÃO DE MIGRANTES

A Organização das Nações Unidas (ONU) faz alusão, de forma explícita, na Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável, à importância da integração e inclusão de imigrantes nas várias dimensões que valoriza, como a educação e o acesso à cidadania, e a Agenda Europeia da Migração (2015) refere a importância de a Europa continuar a ser um destino atraente para estudantes, investigadores e trabalhadores com talento e espírito empreendedor, mas também um refúgio seguro para os que fogem de perseguições. Contudo, os tradicionais valores éticos da Europa e o respeito pelos seus compromissos internacionais obrigam a ações coordenadas que permitam garantir as condições adequadas para a sua prosperidade económica e coesão social sem comprometer a sua segurança territorial (CE, 2015).

Fonte: <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=CELEX%3A52015DC0240>

A Estratégia Nacional

Os atuais desafios que Portugal enfrenta (défice demográfico, o impacto económico e social da integração de imigrantes, a inclusão de novos cidadãos, a mobilidade internacional, a gestão do talento e a valorização da atratividade do País, a necessidade de se articular imigração com emigração e de apoiar os emigrantes portugueses que regressam), impõem o desenvolvimento de um plano estratégico assente no eixo 1 - Políticas de integração de imigrantes, que visam consolidar o trabalho de integração e combate à discriminação.

As Orientações para o Concelho de Guimarães

As orientações para as práticas de promoção da integração de Imigrantes no concelho de Guimarães baseiam-se na estratégia definida no Plano Estratégico para as Migrações (de âmbito nacional), e estão alinhadas com as estratégias indicadas no Plano para o Crescimento Inclusivo do Ave e no Plano de Desenvolvimento Social para o Crescimento Inclusivo de Guimarães, e nos Planos de Desenvolvimento Social designadamente no que respeita às políticas públicas para a inclusão, ao desenvolvimento territorial e à promoção da cidadania.

Considerando o anteriormente exposto, e depois de definidos os cinco eixos que sustentam a Estratégia Nacional, importa agora elencar os objetivos estratégicos e operacionais que deles derivam.

Realce-se que, para todas as medidas propostas está devidamente contemplado o princípio da não discriminação, na medida em que, e de forma transversal, procurámos salvaguardar todas as questões que se prendem com a igualdade de oportunidades e com situações de vulnerabilidade social e económica, independentemente da raça, cultura e credo religioso.

Por outro lado, e assumido um compromisso político para a execução das medidas aqui propostas, passará a estar contemplada no Plano e Orçamento desta Câmara Municipal a verba necessária para o efeito.

Seguem-se, então, o conjunto de objetivos, estratégicos e operacionais, a que nos propomos.

4. Dimensão Estratégica

São agora apresentados, de forma sistematizada, cada um dos objetivos estratégicos por nós identificados, tendo por base as mudanças que consideramos prioritárias para o concelho de Guimarães. Partimos das áreas temáticas propostas pelo Alto Comissariado para as Migrações, sendo explanado, para cada objetivo, o respetivo indicador, que nos permite medir o seu nível de concretização, e também as estratégias a adotar para alcançar aquilo a que nos propomos.

ÁREAS	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS/GERAIS	INDICADORES	ESTRATÉGIAS
MERCADO DE TRABALHO E EMPREENDEDORISMO	Aumentar a taxa de empregabilidade e criação do próprio emprego	Varição da taxa de NPT inseridos no mercado de trabalho N.º de empresas criadas	Realizar ações de formação e produzir e publicitar materiais
ACOLHIMENTO E INTEGRAÇÃO	Aumentar o nível de satisfação dos NPT com os serviços de acolhimento e integração Manter o compromisso municipal com a integração de pessoas que requerem proteção internacional	Índice de satisfação dos NPT Varição do número de reclamações	Implementar serviços de acolhimento eficientes
URBANISMO E HABITAÇÃO	Garantir o direito de acesso às habitações sociais Diminuir as situações de NPT que vivem em alojamentos sem condições	Número de NPT em habitações sociais Grau de satisfação com as condições de habitabilidade	Divulgar os apoios na habitação
EDUCAÇÃO E LÍNGUA	Aumentar o nível de conhecimento da língua portuguesa	Varição da percentagem de NPT com cursos de português	Realizar ações de formação que promovam a aprendizagem da língua portuguesa
CAPACITAÇÃO E FORMAÇÃO	Aumentar as oportunidades de formação modular certificada de curta e longa duração	Varição da percentagem de participação de NPT em cursos de formação ao longo da vida e ações de sensibilização/informação	Promover ações de formação modular certificada de curta e longa duração
CULTURA	Promover o acesso à cultura por parte da comunidade migrante	Nível de adesão a iniciativas que promovam a interculturalidade	Disponibilizar programas para a valorização intercultural
SAÚDE	Promover um atendimento especializado ao imigrante na área da saúde	Percentagem de ações de formação e capacitação dos profissionais de saúde	Realizar ações de formação para profissionais de saúde
SOLIDARIEDADE E RESPOSTA SOCIAL	Promover um atendimento social especializado ao imigrante	Percentagem de ações de formação e capacitação dos profissionais das entidades de solidariedade social	Realizar ações de formação para profissionais da área social

CIDADANIA E PARTICIPAÇÃO CÍVICA	Promover a participação cívica e uma cidadania ativa dos NPT	Percentagem de NPT que participaram em ações de formação N.º de associações criadas	Criar as condições necessárias para a constituição de uma associação de imigrantes
MEDIA E SENSIBILIZAÇÃO DA OPINIÃO PÚBLICA	Promover a valorização da riqueza da diversidade cultural	N.º de iniciativas das comunidades de NPT divulgadas pelos media	Estreitar a articulação com os meios de comunicação local e regional Produzir materiais de divulgação
RACISMO E DISCRIMINAÇÃO	Combater os estereótipos socioculturais da comunidade de acolhimento face às realidades dos NPT	N.º de campanhas de divulgação e sensibilização	Desenvolver ações e projetos de sensibilização
RELAÇÕES INTERNACIONAIS	Promover a aproximação com potenciais países de origem de NPT para futura geminação	Taxa de variação de cidadãos nacionais e NPT envolvidos em processos de intercâmbio internacional	Estabelecer contactos com potenciais países de origem de NPT para futura geminação
RELIGIÃO	Reforçar a compreensão cultural mútua e promoção do diálogo intercultural e inter-religioso	N.º de ações e atividades desenvolvidas na área	Disponibilizar cursos de formação

5. Dimensão Operacional

Para cada objetivo estratégico foram definidos um ou mais objetivos operacionais/específicos, tendo em linha de conta que os segundos devem contribuir de forma clara e concreta para a execução dos primeiros. Nas tabelas que se seguem podem consultar-se as medidas a implementar ou a dar continuidade, as metas e os indicadores, e os responsáveis pela implementação de cada objetivo.

5.1. Mercado de trabalho e empreendedorismo

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	MEDIDAS	NÍVEL	METAS	INDICADORES	RESPONSÁVEIS
Aumentar a taxa de empregabilidade e criação do próprio emprego	Aumentar as competências pessoais e sociais dos cidadãos estrangeiros	1. Realizar ações de formação no âmbito das competências de procura ativa de emprego	2	Formar 10 pessoas por ano na área da procura ativa de emprego	Nº de pessoas que concluem com sucesso a formação	Município IEFP Escolas Profissionais
	Promover o empreendedorismo	2. Produzir materiais com informação sobre apoios ao empreendedorismo	1	Criar 1 brochura	Brochura criada N.º de Brochuras distribuídas	Município ACIG
	Promover o acesso à informação legal do emprego	3. Republicar a brochura traduzida sobre os direitos e deveres dos trabalhadores	1	Distribuir a brochura pelas entidades com atendimento a NPT	N.º de brochuras impressas e distribuídas	Município ACT IEFP

5.2. Serviços de acolhimento e integração

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	MEDIDAS	NÍVEL	METAS	INDICADORES	RESPONSÁVEIS
Aumentar o nível de satisfação dos NPT com os serviços de acolhimento e integração	Proporcionar oportunidades para a aquisição de competências aos imigrantes NPT	4. Implementar o projeto "Oficina do Migrante"	2	Criar um espaço polivalente para os NPT desenvolverem atividades	Espaço criado N.º de atividades desenvolvidas	Município IPSS Juntas Freguesia
	Disponibilizar <i>on-line</i> , informação relevante para os NPT	5. Desenvolver portais de informação online	1	Criar o "Portal do Migrante"	Portal criado Nº de atualizações dos conteúdos do portal Nº de acessos ao portal	Município
	Promover a integração dos NPT na sociedade vimaranesa	6. Implementar uma data comemorativa do Convívio Intercultural	2	Organizar o "Dia Intercultural Municipal"	Materiais de divulgação da iniciativa N.º de pessoas inscritas por nacionalidade	Município Agrupamento de Escolas
Manter o compromisso municipal com a integração de pessoas que requerem proteção internacional	Apoiar Programas para a integração e inclusão social dos requerentes de proteção internacional	7. Elaborar materiais de apoio ao processo de acolhimento traduzido para três línguas; 8. Favorecer o acesso ao alojamento, a serviços sociais, de saúde, de educação e de emprego	2	Criar um Guia de Acolhimento, traduzido para inglês, árabe e tigrina; Fomentar parcerias para assegurar alojamento, e disponibilizar serviços sociais, de saúde e de educação, promovendo a ocupação profissional	Guia criado N.º de guias impressos e distribuídos; Nº de parcerias formalizadas; N.º de famílias alojadas e apoiadas pelos serviços sociais, de saúde, de educação e de emprego	Município Consórcio Guimarães Acolhe Rede Social de Guimarães
	Apoiar Programas para a Integração de Estudantes Sírios	9. Colaborar no estudo de caracterização de estudantes sírios da Universidade do Minho	1	Organizar e fornecer dados sobre os sírios residentes em Guimarães	Nº de dados organizados e partilhados com a Universidade do Minho	Município Universidade do Minho

5.3. Urbanismo e habitação

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	MEDIDAS	NÍVEL	METAS	INDICADORES	RESPONSÁVEIS
Garantir o direito de acesso às habitações sociais	Promover o acesso à renda apoiada	10. Divulgar os direitos de acesso à habitação social		Produzir materiais de divulgação Realojar famílias que vivem em alojamentos sem condições	Nº de materiais de divulgação produzidos e distribuídos N.º de famílias realojadas em habitações sociais	Município CASFIG
Diminuir as situações de NPT que vivem em alojamentos sem condições	Melhorar as condições de habitabilidade	11. Divulgar os direitos no acesso aos apoios em obras de habitação		Produzir materiais de divulgação Apoiar na realização de obras	Nº de materiais de divulgação produzidos e distribuídos N.º de alojamentos melhorados/obras realizadas	

5.4. Educação e língua

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	MEDIDAS	NÍVEL	METAS	INDICADORES	RESPONSÁVEIS
Aumentar o nível de conhecimento da língua portuguesa	Proporcionar formação certificada de português básico	12 Organizar ações de formação em “Comunicação Oral e Escrita – Português”	2	Disponibilizar duas ações de formação aos NPT	Folhas de presença das formações	Município Agrupamentos de Escolas/Escolas Secundárias Universidade do Minho

5.5. Capacitação / formação

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	MEDIDAS	NÍVEL	METAS	INDICADORES	RESPONSÁVEIS
Aumentar as oportunidades de formação modular certificada de curta e longa duração	Promover a participação de NPT em cursos de formação ao longo da vida e ações de sensibilização/informação	13. Organizar ações de formação em “Comunicação e Relacionamento Interpessoal”	2	Disponibilizar duas ações de formação aos NPT Divulgar as ações	Folha de conteúdos programáticos Folhas de presença das formações Material de divulgação	Município ACIG IEFP
		14. Organizar formações certificadas na área da “Modelação de Calçado”	2	Disponibilizar duas ações de formação aos NPT Divulgar as ações	Folha de conteúdos programáticos Folhas de presença das formações Material de divulgação	Município ACIG IEFP
		15. Organizar formações certificadas na área das “Competências para o Emprego”	2	Disponibilizar duas ações de formação aos NPT Divulgar as ações	Folha de conteúdos programáticos Folhas de presença das formações Material de divulgação	Município ACIG IEFP
		16. Organizar formações certificadas na área do “Desenvolvimento Social”	2	Disponibilizar duas ações de formação aos NPT Divulgar as ações	Folha de conteúdos programáticos Folhas de presença das formações Material de divulgação	Município ACIG IEFP
		17. Organizar formações certificadas na área da “Informática”	2	Disponibilizar duas ações de formação aos NPT Divulgar as ações	Folha de conteúdos programáticos Folhas de presença das formações Material de divulgação	Município ACIG IEFP
	Promover a participação de NPT em formação modular certificada de longa duração	18. Organizar formações certificadas na área da “Cozinha”	2	Disponibilizar duas ações de formação aos NPT Divulgar as ações	Folha de conteúdos programáticos Folhas de presença das formações Material de divulgação	Município ACIG IEFP

5.6. Cultura

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	MEDIDAS	NÍVEL	METAS	INDICADORES	RESPONSÁVEIS
Promover o acesso à cultura por parte da comunidade migrante	Disponibilizar programas interculturais para as comunidades de NPT	Sensibilizar as associações culturais para a realização de atividades interculturais		Realizar duas reuniões com as associações culturais Apoiar a divulgação das atividades	Atas das reuniões N.º de associações envolvidas N.º de participantes nas atividades Material de divulgação	Município Associações culturais

5.7. Saúde

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	MEDIDAS	NÍVEL	METAS	INDICADORES	RESPONSÁVEIS
Promover um atendimento especializado ao imigrante na área da saúde	Capacitar os profissionais dos cuidados primários de saúde	Disponibilizar ações de formação para profissionais de saúde	2	Realizar duas ações de formação para profissionais de saúde	Folhas de presença Conteúdos programáticos das ações de formação Materiais de divulgação N.º de profissionais que concluem com sucesso a formação	Município ACES

5.8. Solidariedade e resposta social

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	MEDIDAS	NÍVEL	METAS	INDICADORES	RESPONSÁVEIS
Promover um atendimento social especializado ao imigrante	Capacitar os profissionais das entidades de solidariedade social	Disponibilizar ações de formação para profissionais da área social	2	Realizar duas ações de formação para profissionais da área social	Folhas de presença Conteúdos programáticos das ações de formação Materiais de divulgação N.º de profissionais que concluem com sucesso a formação	Município IPSS

5.9. Cidadania e participação cívica

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	MEDIDAS	NÍVEL	METAS	INDICADORES	RESPONSÁVEIS
Promover a participação cívica e uma cidadania ativa dos NPT	Capacitar os NPT para a gestão estratégica e o desenho de projetos de intervenção social	Disponibilizar sessões informativas	2	Realizar uma sessão por trimestre	Folhas de presença Materiais de divulgação N.º de participantes	Município Entidades públicas e privadas
	Incentivar a criação de uma associação de imigrantes	Disponibilizar formação informal na área da gestão estratégica e da criação de associações		Realizar uma formação por ano	Folhas de presença Conteúdos programáticos das ações de formação Materiais de divulgação Associação criada	Município Entidades públicas e privadas

5.10. Media e sensibilização da opinião pública

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	MEDIDAS	NÍVEL	METAS	INDICADORES	RESPONSÁVEIS
Promover a valorização da riqueza da diversidade cultural	Apoiar a divulgação das atividades culturais desenvolvidas com os NPT, nos media locais e regionais	Produzir material de divulgação	2	<i>Criar um Flyer e um vídeo</i> Envolver os meios de comunicação	Flyer criado Vídeo produzido Meios de comunicação envolvidos	Município Comunicação social local
		Desenvolver ações de sensibilização, num formato de debates temáticos denominado "Tertúlias com..."	2	Realizar uma ação por trimestre	Folhas de presença Conteúdos programáticos das ações de sensibilização Materiais de divulgação	Município Sociedade Martins Sarmento
		Realizar eventos de promoção da interculturalidade	1	Comemorar anualmente o Dia da Interculturalidade	Materiais de divulgação N.º de participantes	Município

5.11. Racismo e discriminação

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	MEDIDAS	NÍVEL	METAS	INDICADORES	RESPONSÁVEIS
Combater os estereótipos socioculturais da comunidade de acolhimento face às realidades dos NPT	Criar oportunidades de divulgação dos produtos e tradições dos países de origem de NPT	Apoiar na criação de um espaço no Mercado Municipal para exposição de produtos		Realizar duas exposições por ano	Materiais de divulgação N.º de exposições	Município Associações
	Desenvolver atividades que visam sensibilizar crianças e jovens para a diversidade	Implementar o projeto “Travessias”	2	Realizar 56 oficinas “Histórias com direitos e povos de todo o Mundo” Realizar 56 sessões de oralidade e contos de história Realizar 56 sessões de Poesia e escrita criativa Desenvolver o projeto “O Mundo todo é de todo o Mundo”	N.º de oficinas N.º de sessões realizadas Folhas de presença N.º de participantes Materiais /jogos concebidos Materiais de divulgação	Município Entidades públicas e privadas

5.12. Relações internacionais

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	MEDIDAS	NÍVEL	METAS	INDICADORES	RESPONSÁVEIS
Promover a aproximação com potenciais países de origem de NPT para futura geminação	Articular de forma mais próxima com potenciais países de origem de NPT com vista a futuras geminações	Contactar com municípios dos países de origem dos NPT		Contactar um Município por ano	N.º de contactos Tipo de contactos	Município

5.13. Religião

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	MEDIDAS	NÍVEL	METAS	INDICADORES	RESPONSÁVEIS
Reforçar a compreensão cultural mútua e promoção do diálogo intercultural e inter-religioso	Aumentar os níveis de conhecimento das comunidades nacionais e de NPT sobre os Cultos Religiosos de cada comunidade	Desenvolver formação aberta à comunidade em geral	2	Disponibilizar dois cursos de formação	Folhas de presença Conteúdos programáticos das formações Materiais de divulgação	Município Agrupamento de Escolas Universidade do Minho

IV. MODELO DE MONITORIZAÇÃO E AVALIAÇÃO

Para que se possa proceder a uma adequação contínua entre as necessidades diagnosticadas e as medidas que vão ser implementadas, é essencial a introdução de um sistema de avaliação e de monitorização que permita aferir o nível de desempenho destas medidas e também o grau de concretização dos objetivos estratégicos e operacionais. Este sistema tem também como finalidade suportar todo um processo de análise crítica que facilite, sempre que se justifique, a alteração de medidas e estratégias previamente definidas, como forma de melhorar o impacto, a eficácia e a eficiência deste Plano.

Os resultados deste sistema de avaliação e monitorização serão traduzidos em formato de relatório, com uma periodicidade anual. Neste Relatório de Progresso e Autoavaliação, a informação será organizada em tabelas, que permitam uma análise pormenorizada do impacto de cada uma das medidas, com base nas metas previstas. Neste documento constará ainda uma análise dos progressos alcançados, bem como um balanço da implementação do Plano.

Este relatório anual deverá ser apresentado, para conhecimento e apreciação, ao Conselho Local de Ação Social – CLAS, à Câmara Municipal e à Assembleia Municipal.

V. ACOMPANHAMENTO E MODELO DE GOVERNAÇÃO

O modelo de governação assenta no princípio da integração das entidades que estiveram na base da construção deste documento, observando assim uma linha de continuidade e de reforço de todo o trabalho já desenvolvido.

Para uma constante monitorização e adequação dos meios aos resultados esperados no Plano Municipal para a Integração de Migrantes deverão constituir-se quatro grupos de trabalho, que englobem técnicos representantes da Rede Social de Guimarães, de acordo com as áreas específicas de intervenção, designadamente: Mercado de Trabalho e Empreendedorismo, Acolhimento e Integração, Urbanismo e Habitação, Educação e Língua, Capacitação e Formação, Cultura, Saúde, Solidariedade e Resposta Social, Cidadania e Participação Cívica, Media e Sensibilização da Opinião Pública, Racismo e Discriminação, Relações Internacionais e Religião.

Tendo em atenção que as ações previstas no PMIMG não têm calendário definido, deverão os grupos de trabalho específicos identificar anualmente as ações a realizar-se, de acordo com a escala de prioridades, os meios existentes e a ocasião mais adequada.

Considerando a transversalidade de algumas das atividades que aqui se propõem, deverá a sua realização estar integrada nas ações previstas em outros planos específicos, devendo a sua avaliação ser efetuada pelos grupos de trabalho específicos já referidos, sendo a Unidade de Apoio à População Migrante o serviço do Município mais bem posicionado para coordenar a avaliação dos processos inerentes às atividades previstas no plano de ação, quer da eficácia dos seus resultados.

REFERÊNCIAS

INE Destaque – Informação à Comunidade Social. Disponível em linha em http://www.inr.pt/uploads/docs/recursos/2013/20Censos2011_res_definitivos.pdf (consultado em 07/05/18)

Plano Estratégico para as Migrações 2015-2020. Disponível em linha em http://www.acm.gov.pt/documents/10181/222357/PEM_net.pdf/3a515909-7e66-41e8-8179-e3aa5e0c7195 (consultado em 06/04/18)

Relatório Estatístico Anual: Indicadores de Integração de Imigrantes. Disponível em linha em <http://www.om.acm.gov.pt/documents/58428/383402/Relat%C3%B3rio+Indicadores+de+Integra%C3%A7%C3%A3o+de+Imigrantes+OM+2017.pdf/432839ce-f3c2-404f-9b98-39ab22b5edc5> (consultado em 10/04/18)

Guia e Planos Municipais para a Integração de Imigrantes 2015-2017. Disponível em linha em <http://www.om.acm.gov.pt/documents/58428/383402/Relat%C3%B3rio+Indicadores+de+Integra%C3%A7%C3%A3o+de+Imigrantes+OM+2017.pdf/432839ce-f3c2-404f-9b98-39ab22b5edc5> (consultado em 15/01/18)

Índice dos Municípios amigos dos Imigrantes e da Diversidade (IMAD). Disponível em linha em <https://www.acm.gov.pt/documents/10181/99316/Manual+de+apoio+ao+utilizador+VERS%C3%83O+FINAL.pdf/3694c143-5a61-4e2b-a134-2d0c082459ea> (consultado em 16/01/18)

Direção Geral da Administração Interna – Fundo Europeu para os Refugiados. Disponível em linha em <http://www.fundoscomunitarios.dgai.mai.gov.pt/proquadro/FunEurRefugiadosIII/Paginas/default.aspx> (consultado em 24/07/18)

Imigração - Legislação Nacional (Assembleia da República, 2016). Disponível em linha em https://www.parlamento.pt/Legislacao/Documents/Dossie_LegislacaoNacional.pdf (consultado em 24/07/18)

